

---

**SISTEMA INTEGRADO DE PLANEJAMENTO E GESTÃO URBANA  
SIPLAN**

**Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor  
CTPD**

**Ata da 42ª Reunião Ordinária de**

**Data: 21/10/2015**

Local: Sala 2 – Subsolo CASS

**Membros Titulares e Suplentes presentes:** Daniel Mancebo (SMU/CGPU/CMP); Cláudia Muricy (SMU/CGPU/CMP); Eduardo Andrade (SMU/CGPU/CMP); Mônica Bahia Schlee (SMU/CGPU/CMP); Rosana Motta Gomes (SMU/CGPU/CMP); Wanderson Corrêa (SMU/CGPU/CMP); Marcelo Fonseca (SMU/CGPIS); Maria do Carmo (SMU/CGPE); Gracira Silveira (SMAC); Georgiane Costa (Rio-Águas); Georgiane Costa (Rio-Águas); Paulo Roberto Jardim (Comlurb); Henrique Fonseca (IRPH); Paula Machado (IRPH); Valeria Barbosa de Novais (SMO); Elvira Rossi (Rio-Urbe); Leonardo de Paiva Ferreira (Rio-Urbe); Davi Becker (Defesa Civil); Claudia Alves de Oliveira (PGM); Roberta Gama (CVL).

**Observadores:** Leonardo de Carvalho (IPP); Carlos Baars (SMHC); Valéria Hazan (SMU/CGPU/CMP); Paulo Viana (SMU/CGPU/CMP); Maria Luiza Korenchandler (SMU/CPL); Gustavo Barreto (SMU/GIU).

A reunião foi iniciada às 10 horas e 15 minutos.

**Assuntos tratados:**

Daniel (CMP) inicia a reunião do Comitê Técnico Permanente de Acompanhamento do Plano Diretor e faz os seguintes informes:

- Planejamento das discussões em 2016: O planejamento das apresentações e

discussões do CTPD para 2016 está sendo elaborado. Foi solicitado aos órgãos que enviem até dia 30 de novembro a indicação de temas que poderão ser tratados em 2016.

- Fechamento da etapa de Avaliação interna do PD e Alinhamento PD\PE: Será realizada uma última reunião de fechamento da etapa de Avaliação Interna do PD e de síntese das contribuições do CTPD ao Plano Estratégico no próximo dia 6 de novembro de 2015, às 10:00hs, na sala 03 do subsolo do CASS.

Daniel (CMP) informa que nesta reunião serão feitas três apresentações sobre a avaliação das ações estruturantes relativas a Saneamento e Serviços Públicos, pelos membros da Comlurb (resíduos sólidos), Defesa Civil (prevenção ao risco de desastres e acidentes e recuperação de imóveis degradados) e Rio-Águas (águas pluviais e esgotamento sanitário).

Paulo Jardim (Comlurb) inicia sua apresentação com uma breve introdução sobre a atuação da Comlurb e observa que as oito ações estruturantes relativas ao tratamento de resíduos sólidos estão descritas no artigo 227 do Plano Diretor serão analisadas ao longo da apresentação.

Sobre “I. implementar em conjunto com demais órgãos da administração municipal um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos”, Paulo (Comlurb) informa que o Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos do Município do Rio de Janeiro foi desenvolvido a partir de um GT que contou com a participação da SMAC, Comlurb e SeConserva. Instituído pelo Decreto 37.775 de 10/10/13, o plano foi publicado no DOM de 11/10/2013 e é parte integrante do Plano Municipal de Saneamento Básico de Água e Esgoto do Município do Rio de Janeiro (PMSBAE), estabelecido pelo Decreto Municipal nº 34.290/2011.

Sobre “II. fomentar projetos no contexto do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo que reduzam a emissão de gases de efeito estufa”, Paulo (Comlurb) informa a execução do projeto de reaproveitamento do biogás do aterro de Gramacho foi feita por empresa concessionária. Desde 25/11/2013 a Comlurb envia biogás purificado para a REDUC e

também promove a captação e queima do biogás do CTR Rio (em Seropédica).

Paulo (Comlurb) observa que, mesmo após a transferência do aterro sanitário para Seropédica (a entrada em operação do aterro sanitário de Seropédica possibilitou a desativação dos aterros de Gramacho e Gericinó) e a recuperação do passivo ambiental promovida pela Comlurb no antigo aterro de Gramacho, a realidade socio-ambiental em Gramacho é muito complicada, visto que se verificam depósitos clandestinos em áreas próximas que vazam lixo de forma irregular no entorno da Baía da Guanabara.

Sobre “III. promover ações permanentes de educação ambiental e campanhas publicitárias”, Paulo (Comlurb) destaca as ações do Programa Lixo Zero, que institui multa para quem jogar lixo no chão da cidade, além da Praia Limpa, Galpão das Artes, campanhas em comunidades, entre outros.

Sobre “IV. incentivar as ações de valorização dos resíduos”, Paulo (Comlurb) destaca as ações de produção de composto orgânico que é fornecido à SMAC como substrato para reflorestamento e a implantação de unidade piloto de digestão anaeróbia no Caju, além das iniciativas de avaliação da produção de etanol a partir do lixo e do acordo de cooperação técnica visando ao aproveitamento da biomassa da poda urbana.

Sobre “V. incentivar o fortalecimento da cadeia de reciclagem”, Paulo (Comlurb) apresenta as iniciativas relacionadas à segregação de recicláveis, que ocorre na Usina do Caju, e a Coleta Seletiva que já está presente em mais de 100 bairros. Além disso, aponta a utilização de madeira plástica em brinquedos de praça e as compras sustentáveis, e dá como exemplo a compra de 50.000 contêineres para coleta domiciliar.

Sobre “VI. promover o tratamento e a destinação final dos resíduos sólidos de forma econômica e ambientalmente sustentáveis”, Paulo (Comlurb) relata que, com a implantação do novo aterro sanitário em Seropédica (mais distante do que o de Gramacho), aumentou a demanda por estações de transferência.

Sobre “VII. promover a recuperação de áreas degradadas pela disposição irregular de resíduos”, Paulo (Comlurb) aponta que a Comlurb atua na recuperação de áreas

degradadas da cidade, por meio da remoção de resíduos e da implantação de pequenos jardins.

Sobre “VIII. promover a revisão periódica da legislação e da normatização da gestão de resíduos sólidos no município” Paulo (Comlurb) menciona a promulgação das seguintes leis e decretos:

- Lei 5653, de 19/12/2013 - altera a Lei nº 3.273, de 6 de setembro de 2001, que Dispõe sobre a Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro.
- Lei 5377, de 17/04/2012 - Altera a Lei nº 3.273 de 6 de setembro de 2001, Gestão do Sistema de Limpeza Urbana no Município do Rio de Janeiro.
- Decreto Municipal nº 33.971, de 13.06.2011, que dispõe sobre a obrigatoriedade da utilização de agregados reciclados, oriundos de resíduos da construção civil - RCC em obras e serviços de engenharia realizados pelo Município do Rio de Janeiro e dá outras providências e revoga os artigos 35 e 36 do Decreto nº 27.078, de 27.09.2006.

Por fim, Paulo (Comlurb) relata algumas outras ações relevantes:

- Aproveitamento de água de chuva nas estações de transferência;
- Utilização de água de reuso na limpeza das vias públicas e de feiras livres;
- Utilização de equipamentos alternativos, como carros elétricos;
- Utilização de combustíveis alternativos na frota da Comlurb, que está em fase de estudos, com o apoio do C40.

Marcelo (CGPIS) pergunta sobre o funcionamento da Estação de Transferência e da Usina de Processamento no Caju e argumenta sobre o grande impacto da presença destes equipamentos na região, principalmente para a população residente no local.

Davi (Defesa Civil) pergunta qual a porcentagem dos resíduos recolhidos que são reciclados atualmente na cidade e sobre as medidas para fomentar o reuso do resíduo da construção civil em obras públicas.

Paulo (Comlurb) observa que, apesar dos recentes avanços, ainda existem várias frentes para se fortalecer a cadeia de reciclagem no Rio de Janeiro. Informa que 40% do lixo domiciliar recolhido é potencialmente reciclável e, desta parte, cerca de 4% é de fato reciclado a partir da coleta seletiva da Comlurb e parceiros. Para aumentar esse percentual é necessário a implantação de Plantas de Alta Eficiência. Atualmente, a triagem do material a ser reciclado é feita principalmente no Caju e em cooperativas de catadores e unidades privadas.

Com relação ao reuso do resíduo da construção civil, Paulo (Comlurb) informa que, de modo geral, o mercado para reuso do resíduo de construção civil no Rio de Janeiro ainda é bastante incipiente, mesmo nas obras públicas. Mas que desde 2011, o uso de agregados reciclados da construção civil em obras e serviços de engenharia pelo Município do Rio de Janeiro tornou-se obrigatório através do DM 333971/2011.

Davi (Defesa Civil) sugere parceria com as grandes construtoras.

Mônica (CMP) pergunta se um sistema que pulverizasse as plantas de separação e triagem do lixo reciclável no território, utilizando as estações de transferência já existentes, seria viável.

Paulo (Comlurb) responde que possivelmente sim, mas seriam necessários estudos específicos caso a caso para avaliar essa possibilidade e adequar as estações de transferência e, sobretudo, articular esta iniciativa com a concessionária que opera tanto o aterro sanitário de Seropédica, quanto às estações de transferência.

Paulo (Comlurb) observa que existe uma grande necessidade de se planejar o uso do solo no entorno das estações de transferência, de forma a criar uma espécie de amortecimento dos impactos negativos como trânsito, mal cheiro, ruído das máquinas de compactação, etc.

Mônica (CMP) pergunta sobre a composição do composto usado como substrato para reflorestamento, lembrando que havia reclamações quanto à presença de vidro que

tornava sua utilização complicada.

Paulo (Comlurb) informa que o problema foi resolvido com o aprimoramento do sistema, utilizando-se peneiras mais finas.

Cláudia (CMP) argumenta que o planejamento da infraestrutura de recolhimento, tratamento, depósito, transporte e destinação final dos resíduos sólidos deve ocorrer de forma integrada e esta discussão deve ser incorporada pelo Plano de Ordenamento Territorial – POT.

Davi Becker (Defesa Civil) inicia a sua apresentação sobre a atuação da Subsecretaria de Defesa Civil (SubDeC) no apoio às Políticas do Plano Diretor explicando a missão e histórico de atuação do órgão. Explica a diferença entre acidente e desastre e que é necessário diferenciar o órgão Defesa Civil do Sistema de Defesa Civil. A SubDeC, atualmente uma sub-secretaria vinculada à Seconcerva, faz parte do sistema que é composto por diversos órgãos que atuam em diversas etapas do Ciclo da Defesa Civil.

Davi (Defesa Civil) explica que o Ciclo da Defesa Civil é composto por quatro etapas: Prevenção, Preparação, Resposta e Reconstrução e que a Defesa Civil atua dando apoio a implementação de várias ações estruturantes do Plano Diretor nas Políticas Setoriais de Meio Ambiente, Saneamento e Serviços Públicos e Patrimônio.

Com relação ao “Art.177, Inciso IV – São ações estruturantes relativas à prevenção dos efeitos das mudanças climáticas... iniciar o planejamento de ações necessárias para adaptação às conseqüências do aquecimento global, de forma a preservar a cidade e proteger as populações em situação mais vulnerável”, Davi (Defesa Civil) destaca a implantação e o funcionamento do Centro de Operações Rio (COR), que faz o monitoramento permanente da cidade e atua em situações de emergência, 24 horas e 7 dias por semana. O COR integra 30 órgãos municipais e concessionárias.

Davi (Defesa Civil) informa que a operacionalização do Sistema de Alerta e Alarme, pela qual a Defesa Civil é um dos principais órgãos responsáveis, é um sistema para prevenção e mitigação do risco de perdas de vidas humanas por deslizamentos de

encostas e inundações (de forma a evitar que um acidente se transforma em desastre), baseado no treinamento das populações locais e na gestão das tecnologias modernas de previsões meteorológicas e de mensagens digitais instantâneas, com acionamento de um sistema de alarme por sirenes. Além disso, cita a existência do Centro de Treinamento para Emergências – CETREM, que tem por objetivo disseminar conceitos de Defesa Civil e Meio Ambiente, bem como capacitar agentes para atuação em emergências.

Dentro das ações relacionadas à prevenção da degradação e recuperação do patrimônio edificado da cidade, Davi (Defesa Civil) destaca o Programa de Recuperação de Imóveis – PRI, iniciado em 2005, que nasceu como fruto da necessidade de eliminar riscos e de preservar o patrimônio histórico da cidade do Rio de Janeiro. A Defesa Civil realiza vistorias sistemáticas do estado de conservação dos imóveis em Áreas de Proteção do Ambiente Cultural de forma a induzir a eliminação de riscos para a população, mantendo um cadastro detalhado de cada imóvel. O PRI já foi elaborado para as APACs da Cruz Vermelha; Núcleo Histórico da Lapa; APAC SAGAS e Corredor Cultural. Como resultado do trabalho realizado, foi identificada a diminuição da quantidade de imóveis com risco ao longo do tempo.

Davi (Defesa Civil) informa que são mapeados imóveis em estágio inicial e avançado de degradação e são promovidas ações emergenciais como escoramentos e demolições parciais, quando o caso é considerado muito grave.

Marcelo (CGPIS) pergunta se os sucessivos avisos de alerta que não se confirmam não podem acabar desacreditando o sistema frente à população.

Davi Becker (Defesa Civil) responde que há esse risco, mas o sistema de informação via SMS e sirenes tem demonstrado resultados positivos como solução preventiva.

Claudia Alves (PGM) pergunta se sempre que há identificação de risco há interdição por parte da Prefeitura. Argumenta que a questão da interdição e seus desdobramentos ainda precisa ser melhor equacionada pela Prefeitura. Informa que a PGM recebe 15 processos por dia com pedidos de aluguel social, que dependem do cadastro da SMH e da SMDS e avalia que a política habitacional deveria considerar também a questão do risco.

Davi (Defesa Civil) responde que depende da gravidade do risco. Quando há risco de baixo potencial, o proprietário é notificado por meio da SMU.

Davi (Defesa Civil) sugere a reativação de um GT, com atuação permanente e a participação de órgãos diversos, inclusive da PGM, e atuação articulada ao Sistema de Controle do Uso do Solo, para discutir e propor soluções caso a caso para os casos mais graves.

Daniel (CMP) afirma que um dos desdobramentos desta iniciativa deverá ser a articulação entre a defesa Civil, SMU, SMH e PGM.

Georgiane Costa (Rio-Águas) pergunta se o sistema de autovistoria poderá melhorar a situação dos imóveis.

Davi (Defesa Civil) responde que esta iniciativa é parte de um conjunto de respostas que a Prefeitura vem dando ao problema do risco de acidentes e desastres na cidade.

Daniel (CMP) pergunta se a localização das escolas públicas envolvidas no programa de conscientização da população já está mapeada.

Georgiane Costa (Rio-Águas) inicia a sua apresentação descrevendo o histórico da atuação da Fundação Rio-Águas, sua atual situação dentro da Secretaria Municipal de Saneamento e Recursos Hídricos e as atribuições da recém criada secretaria.

Georgiane (Rio-Águas) informa que as ações estruturantes relacionadas a gestão de recursos hídricos estão na política setorial de meio ambiente (artigo 172), enquanto as ações relativas ao abastecimento de água, esgoto e drenagem estão em saneamento ambiental e serviços públicos (artigos 255 e 256). Neste sentido a SMAR tem atuação transversal em relação a estas temáticas, em conjunto como os demais órgãos citados.

Dentro deste contexto, Georgiane (Rio-Águas) observa a necessidade de melhorar a articulação e o sistema integrado de gerenciamento entre a SMAR e SMAC.



Dentre as ações estruturantes relativas à Política Setorial de Meio Ambiente, Georgiane (Rio-Águas) destaca:

- Renaturalizar corpos hídricos, suas faixas marginais e matas ciliares, nascentes e baixadas inundáveis;
- Evitar a canalização de córregos, buscando conservar suas características naturais e vazão original;
- Reverter processos de degradação dos corpos hídricos por meio de programas de saneamento ambiental;
- Estabelecer marcos físicos das faixas “non aedificandi” de drenagem.

Em relação a essas ações, Georgiane Costa (Rio-Águas) aponta algumas iniciativas da Rio-Águas: estabelecimento do Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais; implementação de programas de saneamento (sistemas de drenagem e esgotamento sanitário) na AP5; determinação das faixas “non aedificandi” de drenagem e faixas marginais de proteção ao longo dos cursos d’água.

Georgiane (Rio-Águas) observa que as FNAs são delimitadas de forma pulverizadas, por projeto/empreendimento e explica que isto se dá porque o curso d’água, quando não canalizado, sofre alterações frequentes na sua morfologia. Explica que, em decorrência desta prática, os arquivos são fragmentados por projeto ou trecho de cursos d’água.

Dentre as ações estruturantes relativas ao esgotamento sanitário, Georgiane (Rio-Águas) destaca:

- Fomento para que toda a rede de esgotos municipal integre sistema separador absoluto;
- Adoção de medidas de controle, junto à concessionária, para fiscalizar e impedir o lançamento de esgotos nas redes de drenagem municipais;
- Estabelecimento de metas progressivas de regularidade e qualidade no sistema de abastecimento de água e no sistema de tratamento de esgotos, incluindo a

- universalização da rede de esgoto e redução de perdas de água em toda a Cidade;
- Exigência de tratamento dos efluentes de esgotamento sanitário previamente ao lançamento destes nos corpos hídricos receptores, de acordo com o estabelecido pelas leis vigentes e pelas normas da concessionária, garantindo a proteção da saúde humana;

Sobre esse tema, Georgiane (Rio-Águas) informa que atualmente a responsabilidade municipal quanto à questão do esgotamento sanitário está restrita a AP5, onde atua a Concessionária Foz das Águas. No restante da cidade, a gestão fica a cargo da CEDAE. Há estudos e discussões em andamento sobre possível municipalização e concessão dos serviços nas APs 3 e 4.

Dentre as ações estruturantes relativas à drenagem urbana, Georgiane Costa (Rio-Águas) destaca:

- Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio de Janeiro, base para o planejamento das ações referentes à gestão de manejo dos corpos hídricos e redes de drenagem municipais, bem com revisões periódicas decenais das ações nele definidas;
- Monitoramento de variáveis hidrológicas e de qualidade de águas através de equipamentos que possibilitem a aquisição de dados em tempo real;
- Manutenção das faixas non aedificandi de cursos d'água;
- Controle dos processos erosivos de origem antrópica, movimentos de terra, transporte e deposição de entulho e lixo, desmatamentos, e ocupações irregulares ao longo das linhas naturais de drenagem;
- Desobstrução e manutenção as redes de drenagem e as vias de escoamento;
- Dragagem de rios, canais, lagoas e baías, como medida paliativa, de curto prazo, para mitigar o assoreamento;
- Estabelecimento de marcos físicos das faixas non aedificandi de drenagem;
- Definição de áreas de risco e/ou impróprias à ocupação urbana;
- Definição de áreas saturadas quanto à capacidade de escoamento pluvial.

Em relação a essas ações, Georgiane (Rio-Águas) aponta algumas iniciativas da Rio-Águas: O Plano Diretor de Manejo de Águas Pluviais da Cidade do Rio de Janeiro foi desenvolvido e será tema de audiência pública em novembro de 2015; foram construídas 19 estações de precipitação e nível e 7 estações de precipitação e qualidade de água instaladas nas 3 Bacias Hidrográficas (Bacias da Baía da Guanabara, Baía da Sepetiba e Lagoas Costeiras).

Georgiane (Rio-Águas) informa que a SMAR não determina cotas de soleira, apenas de greide dos logradouros, com base no sistema de drenagem urbana.

Georgiane (Rio-Águas) informa que, quanto à contratação de apoio à fiscalização para manutenção das faixas e controle de processos erosivos e ocupações irregulares, o órgão está no aguardo de disponibilidade de recursos financeiros.

Georgiane (Rio-Águas) informa que a dragagem de rios e lagos ocorre de forma continuada e houve intervenção da SMAR ao longo dos rios em áreas que sofreram intervenção urbanística.

Georgiane (Rio-Águas) observa que já está em vigor a exigência de reservatórios de reuso e retardo.

Claudia (PGM) observa a necessidade urgente de se definir as áreas alagadas na cidade, em especial nas localidades conhecidas como Jardim Maravilha em Guaratiba, e restringi-las à ocupação, e que a SMAR não considera que esta atribuição esteja entre suas competências.

Daniel (CMP) informa que a delimitação das Áreas com Restrição à Ocupação foi feita na revisão da Lei de Uso e Ocupação do Solo, que está em análise na Câmara dos Vereadores desde 2013, mas que as áreas sujeitas a inundação precisam de detalhamento.

Claudia (CMP) considera que o Plano Diretor não é claro também quanto à definição da competência exclusiva do poder executivo da declaração de Áreas de Especial Interesse

Social, o que abre uma brecha para que esta iniciativa parta do poder legislativo. Sugere que este aspecto seja considerado na revisão de 2021.

Daniel (CMP) encerrou a reunião às 12h45.

## **ENCAMINHAMENTOS**

Como não houve tempo hábil para a leitura da ata da 41<sup>a</sup> reunião, esta será feita no próximo encontro.